

Ex-diretor do FMI critica tentativa de transformar Banco Central em Empresa Pública de Direito Privado

O economista e ex-diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI), Paulo Nogueira Batista Junior, criticou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, para transformar o Banco Central (BC) em uma empresa pública de direito privado.



As críticas foram realizadas em debate com parlamentares e especialistas durante a audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, ocorrida na quarta-feira (18). “Parece uma incongruência atribuir a uma empresa pública de direito privado tarefas que são eminentemente estatais”, disse o economista.

Para Paulo Nogueira, “os problemas que o Banco Central enfrenta, as suas atribuições, são extraordinariamente importantes para a sociedade. Não são de caráter puramente técnicos, são de economia política, envolvem incertezas enormes, têm repercussões muito importantes para a sociedade, por exemplo, sobre o nível de atividade de emprego, sobre a distribuição da renda, sobre a inflação, todos os temas que são de grande interesse para a sociedade em geral”.

O economista citou diversos motivos que tornam a PEC inconstitucional. “A Constituição, no artigo 192, estabelece que o sistema financeiro nacional, do qual faz parte o Banco Central, tem que ser regulado por lei complementar”, disse.

A Lei Complementar 179, de 2021, já assegura autonomia operacional ao BC. A norma fixa, por exemplo, mandatos de quatro anos para o presidente e os diretores da instituição. Mas a PEC 65/2023 vai além. Pela proposta, o BC — hoje, uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda — passaria a ser uma empresa pública de direito privado, “com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira”.

Trabalhadores do Itaú entregam pauta específica no dia 25

Após a entrega da minuta geral da categoria bancária, realizada no último dia 18, mesma data que foram entregues as minutas específicas do BB e da Caixa, chegou a vez da entrega da minuta de reivindicações específica ao Itaú. A Comissão de Organização dos Empregados (COE) entregará o documento, que servirá de base para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico do banco, na próxima terça-feira (25).

Os principais pontos da pauta são: emprego, remuneração, saúde, condições de trabalho, plano de saúde, previdência, segurança bancária e diversidade. “Temos muitos desafios pela frente. As mudanças no setor financeiro e o avanço da tecnologia e IA são inevitáveis e esperamos construir saídas para a manutenção dos empregos e a garantia de direitos aos bancários”, afirmou uma das coordenadoras da COE, Valeska Pincovai.

Os pontos foram definidos no Encontro Nacional dos Trabalhadores do Itaú, realizado na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, no dia 6 de junho.